

**BIBLIOTECAS ESCOLARES: LEITURA, (IN)FORMAÇÃO E CULTURA  
PARA UMA EDUCAÇÃO CIDADÃ****SCHOOL LIBRARIES: READING, (IN) TRAINING AND CULTURE FOR A  
CITIZEN EDUCATION****BIBLIOTECAS ESCOLARES: LECTURA, (IN) FORMACIÓN Y CULTURA  
PARA UNA EDUCACIÓN CIUDADANA**Flávia Brocchetto RAMOS<sup>1</sup>Daniela Corte REAL<sup>2</sup>Flávia Reis de OLIVEIRA<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo discute a potência das bibliotecas escolares como espaço de relações sociais, políticas e pedagógicas e como lugar privilegiado para a discussão e construção de práticas de leitura e de escrita que concorrem para a formação do leitor crítico e criativo na perspectiva da Escola Cidadã. Toma-se como referência teórica para as discussões sobre as bibliotecas-escolares Maroto (2012), Varela (2007) e Côrte e Bandeira (2011); para o entendimento dos processos de leitura e dos conceitos e princípios da Escola Cidadã, Freire (1983, 2000). Introduce-se no debate a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - 3ª versão documento normativo que, embora ainda não implementada, já reverbera nas formas de pensar a leitura na escola, nos diferentes níveis. Trata-se de uma primeira interlocução com a BNCC e observa-se que existem aproximações e afastamentos entre seu texto e a escola cidadã defendida por Freire. No entanto, entende-se que, ao não contemplar estratégias de leitura, a formação de professores para a formação de leitores literários, bem como ao silenciar sobre a importância e as potencialidades das bibliotecas escolares, a BNCC, naquilo que toca à leitura, apresenta lacunas para o entendimento da leitura na perspectiva da escola cidadã.

**Palavras-chave:** Bibliotecas escolares. Base Nacional Comum Curricular-BNCC. Escola cidadã. Formação. Cultura.

**ABSTRACT:** This article intends to discuss the power of school libraries as a space for social, political and pedagogical relations and as a privileged place for the discussion and construction of reading and writing practices that contribute to the formation of the critical and creative reader in the perspective of Citizen School. It is taken as theoretical reference for the discussions on the school libraries Maroto (2012), Varela (2007) and Côrte e Bandeira (2011); for the understanding of reading processes and the concepts and principles of the Citizen School, Freire (1983, 2000). The National Curricular Common Basis (BNCC) is introduced in the debate - 3rd version of the normative document that, although not yet implemented, already reverberates in the ways of thinking about reading at school, at different levels. This is a first approximation with the BNCC and it is observed that there are approximations and distances between its text and the citizen's school defended by Freire. However, it is understood that, by not including in its text reading strategies, the training of teachers for the training of literary readers, as well as silence on the importance and potential of school libraries, the

<sup>1</sup> Graduada em Letras e em Biblioteconomia. Doutor em Letras. Universidade de Caxias do Sul. e-mail: fbramos@ucs.br.

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação na UCS. Universidade de Caxias do Sul. e-mail: dcreal@ucs.br

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação na UCS. Universidade de Caxias do Sul. e-mail: flaviareisfurg@gmail.com

BNCC, as far as reading , presents gaps for the understanding of reading from the perspective of the citizen school.

**Keywords:** School libraries. National Common Curricular Base. Citizen school. Formation. Culture.

**RESUMEN:** Este artículo tiene el propósito de discutir la potencia de las bibliotecas escolares como espacio de relaciones sociales, políticas y pedagógicas y como lugar privilegiado para la discusión y construcción de prácticas de lectura y escritura que concurren a la formación del lector crítico y creativo en la perspectiva de la Escuela Ciudadana. Se toma como referencia teórica para las discusiones sobre las bibliotecas escolares Maroto (2012), Varela (2007) y Côte y Bandera (2011); para el entendimiento de los procesos de lectura y de los conceptos y principios de la Escuela Ciudadana, Freire (1983, 2000). Se introduce en el debate la Base Nacional Común Curricular (BNCC) - 3ª versión del documento normativo que, aunque aún no implementada, ya reverbera en las formas de pensar la lectura en la escuela, en los diferentes niveles. Se trata de una primera interlocución con la BNCC y se observa que existen aproximaciones y alejamientos entre su texto y la escuela ciudadana defendida por Freire. Sin embargo, se entiende que, al no contemplar en su texto estrategias de lectura, la formación de profesores para la formación de lectores literarios, así como silenciar sobre la importancia y las potencialidades de las bibliotecas escolares, la BNCC, en lo que toca a la lectura, presenta lagunas para el entendimiento de la lectura en la perspectiva de la escuela ciudadana.

**Palavras clave:** Bibliotecas escolares. Base Nacional Común Curricular. Escuela ciudadana. Formación. Cultura.

## Introdução

O objetivo deste artigo é discutir a potência das bibliotecas escolares como espaço de relações sociais, políticas e pedagógicas e como lugar privilegiado para a discussão e construção de práticas de leitura e de escrita que concorrem para a formação do leitor crítico e criativo na perspectiva da escola cidadã, bem como da Base Nacional Comum Curricular (BNCC - 3ª versão).

Antes de iniciar a escrita, realizamos busca no Banco de Dissertações & Teses da CAPES<sup>4</sup>, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações<sup>5</sup> (BDTD - Ibict) e no Scientific Electronic Library Online<sup>6</sup> (SciELO) com o intuito de encontrar trabalhos acadêmicos e/ou artigos científicos que tivessem como foco: biblioteca/s escolar/es, leitura, informação e cultura para uma educação cidadã. Optamos por fazer o levantamento a partir das palavras-chave: biblioteca escolar, leitura, informação e educação cidadã.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>. Acesso em 14 jul 2017.

<sup>5</sup> Disponível em: <http://bdt.d.ibict.br/vufind/>. Acesso em 14 jul 2017.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>. Acesso em 14 jul 2017.

Porém, não foram encontrados resultados que trouxessem em seus títulos, resumos e/ou palavras-chave, a ocorrência concomitante dos descritores utilizados para a busca. Nossa intenção era fazer um recorte a partir dos textos encontrados e discutir o que havia de novo e de recorrente nos estudos teóricos e pesquisas relacionadas a biblioteca escolar. A não localização de estudos sistematizados nos impôs um segundo desafio: por onde começar?

Para dar conta dessa questão, apresenta-se a contextualização sobre a história, sobre o papel e as potencialidades das bibliotecas escolares como espaços de relações sociais, políticas e pedagógicas; enfim, como o lugar privilegiado para a discussão e construção de práticas de leituras e de escritas que concorrem para a produção e formação do leitor crítico e criativo. Na sequência, abordamos a escola cidadã, a formação de leitores e a democratização da cultura mediada pelas bibliotecas escolares: da consciência ingênua à consciência transitivo-crítica. Por fim, o foco recaí sobre educação cidadã, Base Nacional Comum Curricular (3ª versão) e leitura literária: primeiras aproximações.

### **Bibliotecas escolares como espaços de relações sociais, políticas e pedagógicas: tessituras e potencialidades**

Constituir tessitura sobre bibliotecas escolares provoca-nos a realizar breve recomposição histórica da trajetória das bibliotecas públicas e como foram constituídas as bibliotecas escolares. A biblioteca foi, por muito tempo, ligada a ordens religiosas, com seus acervos de manuscritos sagrados. Localizavam-se nos conventos e eram, geralmente, coordenadas por seus monges que ficavam a cargo da sua administração e supervisão. Eles também, “[...] asseguravam a guarda dos livros e garantiam o controle da comunicação” (MAROTO, 2012, p. 31).

A biblioteca da Antiguidade era para uso de poucos e considerada um depósito de livros. Dessa época, apenas as bibliotecas de Pérgamo e de Alexandria fugiam a regra e tinham o papel de ter o pensamento existente (MAROTO, 2012). Contudo, ainda de acordo com o mesmo autor, as bibliotecas religiosas contribuíram para a preservação dos manuscritos, “[...], pois, além da reprodução dos textos de cunho religioso, os monges se interessavam, também, pelos textos profanos” (Ibid, 2012, p. 38). De acordo com Maroto (2012), o resultado desse trabalho “[...] constitui-se hoje num legado

histórico e cultural de inestimável valor, construído pelas grandes civilizações do passado” (Ibid, p. 38).

Foi, então, que a partir do século IV, as bibliotecas monásticas propagaram-se, disseminando a cultura e o cristianismo. Nesse mesmo período, surgem as primeiras bibliotecas públicas. Em se tratando da realidade brasileira, até quase o início do século XIX, as bibliotecas ainda eram mantidas por ordens religiosas. A criação da primeira biblioteca pública do Brasil ocorreu no ano de 1811, na Bahia.

De acordo com Maroto (2012), o início do século XX foi marcado pelo surgimento das bibliotecas públicas, no qual vivenciou-se,

[...] a importância atribuída pela classe operária à instituição escolar e ao profissional da educação, [...] que, através de artigos publicados em periódicos que circulavam nesse período, enfatizava o papel e a responsabilidade da escola e do educador na formação da cidadania. (MAROTO, 2012, p. 53).

A escola gradativamente vai conquistando a visibilidade como importante espaço de formação da cidadania e difusora do conhecimento. Eis que surge o cerne do processo de constituição das bibliotecas escolares: a valorização da instituição escolar para a formação humana e cultural, a escola como espaço de produção de conhecimentos e sua disseminação. Tal relevância propiciou a constituição das bibliotecas escolares para agregar e disponibilizar a produção de conhecimentos, por meio do seu acervo e da sua busca por atender os interesses da comunidade escolar e externa a ela.

A biblioteca escolar impõe-se para além de somente local de guarda, preservação da memória, do material e cultural. Passa a ser reconhecida como espaço de promoção ao acesso de livros, estímulo à pesquisa, incentivo à leitura e a formação de patrimônio leitores. Esse ambiente adquire outra configuração sob a perspectiva do seu papel transformador e sua contribuição na constituição para uma educação cidadã, por intermédio da prática da leitura, do processo de aprendizagem na busca e uso da informação.

Com o objetivo de atender as necessidades da instituição escolar, a biblioteca assume algumas funções, como a educativa, de contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, exercer o papel de mediadora no desenvolvimento cultural e função social de contribuir com a comunidade escolar por meio de ações que auxiliem a alfabetização, dando suporte ao ensino e apoio pedagógico. Integrada a sala de aula, a

biblioteca como parte do processo de desenvolvimento curricular da escola a qual está inserida.

A necessidade de a biblioteca escolar promover o diálogo com a comunidade, ser espaço de interlocução entre professores e alunos e auxiliar na utilização das fontes de informação disponíveis, vem no sentido de qualificar a aprendizagem. Nessa direção, Varela (2007, p. 29) destaca que o “[...] grau de desenvolvimento de uma sociedade pode ser evidenciado pela qualidade da informação disponível para a sua comunidade”. No caso da escolar implica a biblioteca empenhar-se para selecionar as informações para a sua comunidade. A autora argumenta também sobre a importância de se questionar sobre

[...] o papel da informação na construção da cidadania, principalmente se deseja que a pessoa usufrua a condição de ser cidadão como sujeito, construindo-se e constituindo-se como ser capaz de autonomia [...] (VARELA, 2007, p. 23).

Nesse sentido, a compreensão do espaço da biblioteca escolar emerge como importante cenário no processo educativo, ampliando o seu papel ao impulsionar a disponibilização do acesso à informação, incentivo à leitura e à formação de leitores. A partir disso, compreender a leitura como forma de interação com o mundo, como sendo uma via de concepção da realidade é uma das possibilidades ou desdobramentos de entendimento de bibliotecas escolares nessa perspectiva. Estamos e entendemos, neste texto, que a leitura abrange não só a decodificação de signos, mas a compreensão de mundo.

Com o objetivo de especificar o nosso entendimento acerca da leitura e da biblioteca escolar, trazemos alguns autores que contribuem com a discussão: Côrte e Bandeira (2011), Silva (2010), Silva, Ferreira e Scorsi (2009). Côrte e Bandeira (2011) alertam, que a leitura é mais do que decodificação de sinais, abrange dar significados a esses sinais. As autoras argumentam ainda que a “[...] leitura possibilita prazeres, saberes, reflexões e ações” (CÔRTE e BANDEIRA, 2011, p.1). Da mesma forma, Silva (2010, p. 189) entende o ato de ler como prática social, indispensável para todos e a biblioteca escolar está inserida “[...] no processo de formação de leitores na escola”.

Quanto à formação de leitores, compete à biblioteca escolar dispor de espaços voltados para a valorização da prática de ler, de uma quantidade considerável de livros e de possuir acervo diversificado. Caminhar na tentativa de oportunizar momentos de leituras para, Silva, Ferreira e Scorsi (2009), carece de alguns fatores, como

[...] entusiasmo por esta atividade de produção de significados para os textos, de diálogos entre os textos, evidenciando, enfim, que, na prática e ler, há também um componente afetivo e coletivo que não deve ser ignorado. Ter acesso aos livros ou tempo para ler não é suficiente, nem simplesmente *deixar ler*. Para que o interesse pela leitura ocorra, faz-se necessário apresentar os livros aos leitores em formação. Há que se investir na mediação da leitura. (p. 52).

Temos a consciência também de que a formação de leitores, independente do espaço, não se dá de maneira isolada. De modo que, defendemos que a biblioteca e os outros setores da escola trabalhem juntos para tornar o ambiente da biblioteca e a escola mais estimulantes.

A biblioteca escolar é espaço de relações sociais, políticas e pedagógicas, portanto, não podemos ignorar a realidade em que a escola está inserida, uma vez que, as práticas de leituras e a formação de leitores sofrem implicações nas atividades sociais que concorrem para a produção e formação do leitor crítico e criativo.

Por conseguinte, nossa visão do potencial da biblioteca escolar está na contribuição para o processo educativo por meio da dinamização do seu acervo, do fomento para a pesquisa, das práticas para promover o hábito da leitura. Enfim, dar conta do seu papel educativo enquanto instituição que objetiva também a construção do conhecimento e o enriquecimento cultural, respaldado pela compreensão do público.

### **A escola cidadã, a formação de leitores e as bibliotecas escolares: da consciência ingênua à consciência transitivo-crítica**

As reflexões que envolvem o entendimento da biblioteca escolar como espaço de relações sociais, políticas e pedagógicas que concorrem para a produção e formação de um leitor crítico e criativo está em consonância com os ideais da Escola Cidadã que surge do projeto de educação de Paulo Freire na década de 1960.

A Escola Cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e de deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A Escola Cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela (FREIRE, 1997<sup>7</sup>, p. 157).

<sup>7</sup> Paulo Freire definiu educação para e pela cidadania quando, nos Arquivos Paulo Freire, em São Paulo, dia 19 de março de 1997, numa entrevista à TV Educativa do Rio de Janeiro, falou de sua concepção da “escola cidadã”. Fonte: GADOTTI, Moacir. Escola Cidadã, cidade educadora: projetos e práticas em processo. In: Da escola cidadã à cidade educadora: a experiência de Porto Alegre, CONZATTI, Marli; FLORES, Maria Luiza R.; TOLEDO, Leslie (Orgs). Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Educação, 2002., p. 11 – 17.

Escola Cidadã é um conceito criado por Freire para designar a escola que prepara o ser para tomar decisões. Esse conceito entra em evidência na década de 90 como expressão de um movimento de inovação educacional (na época) que incluía entre seus temas: autonomia da escola, integração da educação com a cultura e o trabalho, oferta e demanda, escola e comunidade, visão interdisciplinar e a formação permanentes de seus professores.

Na obra **Educação como prática da Liberdade**, Freire (2000) problematizava o papel e o lugar da escola entendida como una e diversa e que carecia da perspectiva unitária entre sociedade e educação. De acordo com o autor, buscava-se a superação das desigualdades e o direito à educação, bem como a formação de sujeitos capazes de atuar criticamente na sociedade.

Nesse sentido, entendemos que a leitura torna-se importante dispositivo de subjetivação e que o imaginário, a história e a cultura que permeiam as obras disponíveis nas bibliotecas escolares se configuram como recursos capazes de contribuir com os processos de formação de todos os sujeitos da escola. Nessa direção, é necessário ampliar a compreensão das próprias dimensões das bibliotecas escolares e do público por elas atendido numa perspectiva de inclusão social que não refere, diretamente, ao público da educação especial.

Vale dizer que as bibliotecas escolares, na perspectiva da escola cidadã, seriam abertas as discussões para o acesso da comunidade a seus acervos. Entendia-se que essa abertura poderia ter efeitos sobre o coletivo de seu entorno. Temos aí mais uma potência das bibliotecas escolares naquilo que concorre para o desenvolvimento das ideias trazidas pelos princípios da escola cidadã, com ênfase à formação de leitores críticos e criativos. De acordo com Freire (2000), para atingir esse novo *status*, é preciso romper com visão ainda enraizada sobre o papel da educação para o desenvolvimento e a democracia.

[...] deste modo, que, das mais enfáticas preocupações de uma educação para o desenvolvimento e para a democracia, entre nós, haveria de ser a que oferecesse ao educando instrumentos com que resistisse aos poderes do “desenraizamento” de que a civilização industrial a que nos filiamos está amplamente armada (FREIRE, 2000, p. 97).

Como resistir aos poderes de enraizamento sem que se tivesse acesso à História e às histórias que contam como o país se constituiu, que trazem para o imaginário coletivo

a possibilidade de ler o mundo para além das palavras? Como fazer isso sem a mediação dos livros, sem a imersão nas palavras e memórias que permitem pensar sobre os processos de aquisição de cultura e de aculturação? Como entender e vivenciar a educação que possibilita ao homem uma discussão corajosa de sua problemática, desconsiderando aquilo que foi escrito sobre ele? Fazer isso, sem considerar os atravessamentos sociais, políticos e pedagógicos, é limitar as possibilidades de compreensão dos educandos. Transferindo essa relação para os processos de formação de leitores, trata-se de limitar e, porque não, de controlar a própria compreensão leitora e o desenvolvimento de seu imaginário social e político, tornando a palavra vazia.

Ao trazer para a discussão esse esvaziamento da palavra na escola, Freire (2000) nos provoca a refletir sobre aquilo que é permitido ou não saber sobre algo. Para o autor, eram (e ainda são) poucos e/ou inexistentes os espaços em nossa educação que provocam os educandos na direção do desenvolvimento do gosto pela pesquisa que envolve, também, a possibilidade de: “[...] revisão e questionamento dos “achados” - o que implicaria no desenvolvimento da consciência transitivo-crítica” (FREIRE, 2000, p. 102). Ainda, de acordo com o autor: “[...] a sua perigosa justaposição à realidade intensifica no nosso estudante a sua consciência ingênua” (idem).

Ao trazermos essa discussão para os dias atuais, outras questões são incorporadas, como por exemplo: Quais os objetivos da escola? A quem interessa a formação de sujeitos críticos? Quais os dispositivos de controle que ainda operam na escola e que engessam, sob muitos aspectos, o fazer pedagógico, as políticas de formação de leitores no Brasil e as próprias bibliotecas escolares como espaços de resistência e de democratização do acesso à informação?

Para darmos continuidade a este artigo, achamos por bem introduzir as discussões que envolvem o entendimento de leitura na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - 3ª versão. Destacamos que esta será a nossa primeira tentativa de reflexão acerca de parte deste documento naquilo que refere à formação de leitores, aos processos de leitura e às habilidades que devem ser desenvolvidas pelos sujeitos da escola nos diferentes níveis.

Uma ressalva, no texto da BNCC (3ª versão), não existe um capítulo que fale especificamente das bibliotecas escolares e/ou sobre seu papel, nas 470 páginas do documento a palavra “biblioteca” aparece somente três vezes. A primeira vez na página 109 do documento: Linguagens/Língua Portuguesa/Ensino Fundamental/Habilidades (3º ao 5º ano). No texto da BNCC, essa menção a biblioteca está vinculada ao entendimento



de que os devem desenvolver a habilidade de: “(EF35LP02) Selecionar livros da biblioteca e/ou do cantinho de leitura da sala de aula [...] (BRASIL, CNE, 2017, p. 109). A segunda vez em que aparece a palavra no documento está inserida no item 4.4. A Área de Ciências Humanas, Ensino Fundamental - Anos Iniciais que tem como foco a importância da valorização e a problematização das vivências e experiências dos alunos nos diferentes espaços educativos, entre eles, a biblioteca. A terceira ocorrência é apenas um endereço eletrônico de certa biblioteca digital onde está depositado um periódico.

Ao fazermos a busca pela palavra “leitura” temos 417 ocorrências que dão conta desde os objetivos da oralidade da escrita até as formas de representação do pensamento espacial através da leitura e da elaboração de mapas temáticos. Por isso, é preciso destacar que o foco de nossas reflexões se dará sobre a leitura literária na Base e que, como já dissemos antes, tratam-se das primeiras aproximações com o documento que pretendemos explorar com maior detalhamento nas nossas próximas produções.

### **A educação cidadã, a Base Nacional Comum Curricular (3ª versão) e a leitura literária: primeiras aproximações**

Todas as perguntas que trouxemos no tópico anterior deste artigo, que não são novas, trazem consigo outras que não pretendemos responder neste texto, mas que são necessárias para as discussões que emergem quando, em pleno século XXI, discute-se, por exemplo, as alterações na educação brasileira a partir do texto normativo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - 3ª versão que ainda está para ser implementada.

Numa visão democrática de ensino, como a pretendida pela educação cidadã quais as possibilidades e desdobramentos de um documento dessa natureza que teria, entre seus objetivos a busca por equidade na educação? Vale pensar se os processos de avaliação ancorados em indicadores que supervalorizam os melhores resultados (a meritocracia) não seriam contraditórios em relação a proposta da educação cidadã amplamente defendida por Freire?

Para além disso, podemos ainda perguntar se não estão mascarados no texto da BNCC (3ª versão) ditos politicamente corretos que anunciam a reversão da histórica exclusão a qual muitos grupos minoritários foram submetidos, apenas sob o enfoque do acesso à educação, sem questionar, por exemplo, a sua qualidade. O que sinalizamos ao longo deste texto é que as questões que envolvem a formação de leitores críticos e

criativos não podem ser descoladas da educação democrática e para todos, em sentido amplo.

Nessa direção, é importante olhar a BNCC (3ª versão) e ajustar nossas lentes sobre a aquilo que é trazido no texto do documento e que envolve a formação de leitores. Quando fazemos a pergunta com foco nas bibliotecas escolares, podemos refletir acerca dos acervos disponíveis e, até mesmo, sobre os usos desses acervos. Poderíamos ampliar esse debate introduzindo, por exemplo, os livros didáticos e/ou paradidáticos. E ainda, é preciso observar o que define a BNCC (3ª versão) em relação, por exemplo, as etapas do Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Finais para a Área de Linguagens.

De acordo com o texto, é objetivo norteador da BNCC de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental

[...] garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para a participação social e o exercício da cidadania, pois é por meio da língua que o ser humano pensa, comunica-se, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo e produz conhecimento (BRASIL, 2017, p. 63).

Os saberes linguísticos envolvem o entendimento da língua nas dimensões oral e escrita. Na BNCC (3ª versão), a Língua Portuguesa ao longo do Ensino Fundamental tem como meta a aprendizagem da leitura e o desenvolvimento da escuta por parte dos sujeitos da escola. Espera-se que sejam capazes de construir sentidos coerentes para os textos escritos e orais e que produzam textos adequados às situações de interação. Para além disso, os sujeitos da escola devem: “[...] apropriar-se de conhecimentos e recursos linguísticos - textuais, discursivos, expressivos e estéticos - que contribuam para o uso adequado da língua oral e da língua escrita na diversidade das situações comunicativas de que participam” (idem).

Ao analisarmos o texto da BNCC (3ª versão), é possível observar que muitos conceitos e princípios não são diferentes daqueles que Freire defendia na escola cidadã e que desenvolveu ao longo de suas pesquisas e publicações. Da mesma forma que a Base coloca o texto como o centro das práticas de linguagem nas suas diferentes modalidades (texto verbal, visual, gestual e sonoro), Freire escrevia sobre a importância da leitura e das palavras e o quanto essa compreensão refletia na forma dos sujeitos se verem e estarem no mundo.

Para o autor, assim como para a Base, a oralidade precede a escrita e não é possível desconsiderar as variedades linguísticas sem reconhecer as diversidades para evitar os preconceitos linguísticos. De acordo com Freire (1983, p. 11): “A leitura de mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade prendem-se dinamicamente”. Nesse sentido, a leitura é entendida como um processo ativo que depende da interação texto-leitor e leitor-texto. Por conseguinte, não é possível também desconsiderar a experiência existencial do leitor no momento de uma produção escrita e/ou de uma interpretação de texto.

E, sob essa ótica, se refletirmos sobre os desdobramentos dessas colocações com foco no papel dos professores nos processos de formação de leitores, é extremamente necessário que sejam consideradas as condições prévias dos estudantes que realizam as atividades de leitura utilizando as estruturas cognitivas que lhes são próprias, ou seja, o seu conhecimento sobre a língua e o seu conhecimento de mundo. Em nossa visão, fazer isso numa proposta comum aos diferentes estados e municípios brasileiros (incluindo o Distrito Federal) é um dos grandes desafios da BNCC (3ª visão). Como dar conta desta diversidade sem que alguns saberes sejam menos valorizados do que outros? Como dar conta dessa diversidade em uma escola cujos tempos e espaços são iguais para todos? Como formar um leitor crítico, competente e autônomo sem que seja problematizada também a própria formação dos professores da área?

Braga e Silvestre (2002) sintetizam:

Para formar um leitor e um produtor de textos competente e autônomo, capaz de compreender e interpretar aquilo que lê, construir significados e transformá-los em palavras, exige-se do professor uma intervenção adequada, contínua e explícita durante toda a vida escolar do aluno. E essa intervenção deve ocorrer de forma consciente e sistemática antes, durante e depois das atividades de leitura (p. 20). [...] Não se pode exigir que o aluno desenvolva autonomia de forma autônoma (idem).

As autoras compartilham da visão freireana que valoriza a mediação nos processos de leitura e que se constitui em conceito significativo da proposta de formação presente na escola cidadã. Nesse sentido os Parâmetros Nacionais Curriculares Nacionais explicitam que

Para tornar os alunos bons leitores, a escola terá de mobilizá-los internamente, pois aprender a ler exige esforço. É preciso torná-los

confiantes para aceitar desafios mais complexos e aprender fazendo (BRASIL, 1998, sem página).

Nas duas citações, tentamos demonstrar que a preocupação com a formação de leitores literários prescinde da formação dos professores e que isso não é novidade nas discussões que permeiam a educação. Mas ao fazermos a leitura da BNCC (3ª versão), observamos que à formação de professores é citada apenas no capítulo introdutório do documento (BRASIL, 2017, p. 8), onde a explicitação da BNCC como um documento de caráter normativo. Ora, como propor modificações em relação ao que é entendido como leitura, com foco no desenvolvimento de conhecimentos e competências por parte de todos os estudantes se não existem, de fato, descritas na Base estratégias capazes de modificar a metodologia de ensino e os processos de formação de leitores?

Destacamos que existem definições na da Base sobre as habilidades esperadas em relação ao **Eixo Educação Literária - Práticas de leitura e reflexão para apreciar textos literários orais e escritos**, mas ainda assim, muito vinculadas a interação do leitor com o texto - numa perspectiva solitária e individualizada de leitura, em nosso entendimento falta dizer como os professores hão de se colocar nesse processo.

### **Considerações finais**

Toda esse debate que fizemos neste texto tem como foco o apagamento da importância das bibliotecas escolares na 3ª versão da BNCC nas diferentes etapas de ensino, que toma sutilmente as mesmas como espaços educativos apenas para os estudantes de 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental e de Língua Portuguesa, mas que não explora as diferentes potencialidades das bibliotecas escolares nos processos de formação de leitores e de cidadãos e, tampouco, na utilização dos serviços, recursos, acesso à informação, cultura e educação por elas ofertados. Deixa-se de perguntar pelo papel da biblioteca nos processos de aprendizagem e na busca de informação. Como problematiza Campello (2012)

Que significados são construídos na interação entre os estudantes e o espaço da biblioteca durante situações específicas de aprendizagem? Como os alunos usam a biblioteca escolar para buscar informações para seus trabalhos escolares? E como, desta forma, constroem seus significados, sua compreensão da biblioteca e de seus recursos como um espaço de aprendizagem? (CAMPELLO, 2012, p. 35).

De acordo com Campello (2012), ao não explorar a biblioteca em outras dimensões e para outras atividades, restringe-se maneira pela qual a mesma é entendida, ou seja, a mero espaço de armazenamento da informação e não, como mediadora da aprendizagem numa perspectiva mais coerente com o que Freire problematizava em relação ao acesso, não apenas a leitura, mas a uma Escola Cidadã.

Para concluir, entendemos que, ao deixar de contemplar em seu texto tópicos como estratégias de leitura, formação de professores para a formação de leitores literários, bem como discorrer sobre a importância e as potencialidades das bibliotecas escolares, a BNCC (3ª versão) naquilo que toca à leitura não se mostra aliada da Escola Cidadã.

### Referências

AZEVEDO, José Clóvis de; GENTILI, Pablo; KRUG, Andréa; SIMON, Cátia. **Utopia e democratização na educação cidadã**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Secretaria Municipal de Educação, 2000.

BRAGA, Regina Maria; SILVESTRE, Maria de Fátima Barros. **Construindo o leitor competente: atividades de leitura interativa para a sala de aula**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, 2017. **Base Nacional Comum Curricular - 3ª versão**. Ministério da Educação/Secretaria Executiva/Secretaria de Educação Básica. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf)>. Acesso em: 14 jul 2017.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Biblioteca Escolar: conhecimentos que sustentam a prática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CÔRTE, Adelaide Ramos e.; BANDEIRA, Suelena Pinto. **Biblioteca escolar**. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

FREIRE, Paulo, 1983. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 46. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 24. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.

MAROTO, Lucia Helena. **Biblioteca escolar, eis a questão!:** do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SILVA, Lílian Lopes Martin da; FERREIRA, Norma Sandra de Almeida; SCORSI, Rosalia de Ângelo. Formar leitores: desafios da sala de aula e da biblioteca escolar. In.: SOUZA, Renata Junqueira (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

SILVA, Rovilson José da. **Biblioteca escolar e a formação de leitores: o papel do mediador de leitura**. Londrina: Ed. da Universidade Estadual de Londrina, 2010.

VARELA, Aida. **Informação e construção a cidadania**. Brasília: Thesaurus, 2007.

**Enviado em:** Set. 2017

**Aceito em:** Mai. 2018.

**Como referenciar este artigo:**

RAMOS, Flávia Brocchetto; REAL, Daniela Corte; OLIVEIRA, Flávia Reis de. Bibliotecas Escolares: Leitura, (In)formação e Cultura para uma Educação Cidadã. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 5, n. 11, p. 84-97, mai/ago, 2018. Disponível em:  
<<http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/index>>. e-ISSN: 2359-2087.